

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA
05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

O PROCESSO DA FORMAÇÃO SOCIAL E INTELECTUAL ATRAVÉS DO DIREITO: O ELEMENTO EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO EM PROL DA CIDADANIA

Bárbara Ferreira de Alencar Ribeiro, Maria Alícia da Silva Araújo, José Carlos dos Santos

O Estado Social de Direito, de acordo com a percepção jurídica, nasce em 1917 com a constituição mexicana e fundamenta-se no dever estatal de dirimir as desigualdades socioeconômicas a partir de políticas garantistas. Esse modelo de Estado possui em seu escopo a Ordem social, que, apresenta a justiça social como um dos seus primados. A educação, por sua vez, elencada dentre os direitos sociais, destaca-se por sua característica emancipatória, ou seja, pela possibilidade do indivíduo tornar-se ser autônomo, crítico e consciente, capaz de modificar a realidade em que vivencia, diminuindo, paulatinamente, os efeitos da desigualdade de classes. Na busca pela justiça social, o Estado produz normas que regulam as relações jurídicas cotidianas dos indivíduos estabelecendo direitos e impondo obrigações, contudo, apesar do caráter geral que as leis possuem, poucas pessoas detêm conhecimento suficiente para exercer sua cidadania de forma plena e exigir do poder público o que lhe é devido. Desta feita, fez-se mister identificar a necessidade de inclusão das noções básicas sobre o Direito no alcance da esfera do ensino médio, através da contextualização das normas preexistentes que discorrem sobre o ensino básico, bem como, por meio de análise de campo, formular a relação entre os dados captados e o sistema educacional, demonstrando o grau de necessidade da introdução do conhecimento jurídico básico ao ensino médio. Deste modo, a partir da indução, buscou-se através da pesquisa quantitativa levantar dados sistemáticos e metódicos. Comprovando, portanto, o quadro de carência do conhecimento básico jurídico necessário para garantir a inclusão social e a manutenção de uma sociedade composta por sujeitos conscientes dos seus direitos e deveres civis e políticos para a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária. Assim, por meio da escola, - que se constitui como instrumento auxiliador da instrução humana - mostra-se de fundamental importância incutir conhecimentos jurídicos no processo de formação intelectual e social dos indivíduos.

Palavras-chave: Justiça social. Educação. Direito. Emancipação.

Agradecimentos: Este trabalho, bem como a elaboração de diversos outros estudos, é resultado do projeto de pesquisa: Noções básicas sobre o conhecimento jurídico no ensino médio: uma necessidade no estado democrático de direito, que foi incentivado pelo Programa de Iniciação Científica da URCA (PIBIC – URCA) e orientado pelo Prof. Ms. José Carlos dos Santos, o qual reconhecemos o apoio fundamental prestado durante o desenvolvimento da pesquisa.